

LEGISLATIVO

Câmara de Bento Gonçalves aprova homenagem a Geisel

Livia Araújo

livia@jcrs.com.br

A Câmara de Vereadores de Bento Gonçalves aprovou, na tarde de segunda-feira (27), a denominação da nova sede do Legislativo como “Palácio Presidente Ernesto Geisel”, em sessão realizada no plenário da Casa. A proposta foi aprovada com apenas um voto contrário, do vereador Alcindo Gabrielli (MDB), e estabelece homenagem ao ex-presidente, que era natural do município. A nova sede da Câmara ainda não tem data oficial de inauguração divulgada.

O projeto, apresentado pela Mesa Diretora, teve como justificativa reconhecer a trajetória do “único presidente da República nascido em Bento Gonçalves” e sua contribuição para o desenvolvimento local. Segundo o presidente da Câmara, Anderson Zanella, a iniciativa busca destacar ações atribuídas ao período em que Geisel esteve à frente do governo federal, como investimentos que impactaram a cidade. “Nós estamos reconhecendo um filho da terra que foi importantíssimo naquele momento enquanto presidente para tornar Bento Gonçalves o que



CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES/DIVULGAÇÃO/CIDADES

Projeto que homenageia ex-presidente, que governou o País entre 1974 e 1978 foi de autoria da mesa diretora da Câmara

ela é hoje”, afirmou.

De acordo com Zanella, a decisão foi precedida por consulta jurídica, que não identificou impedimentos legais à tramitação do projeto. Ele ressaltou que a proposta não teve como objetivo discutir o regime político vigente à época. “O objetivo nunca foi entrar em polêmica ou julgar o regime. O

foco é a homenagem pelos feitos ao município”, disse. O presidente também citou iniciativas como a consolidação da vitivinicultura local e a instalação de estruturas que contribuíram para o desenvolvimento econômico da cidade.

A aprovação ocorre em meio a um histórico recente de controvérsias envolvendo homenagens ao ex-presidente no município. Em novembro de 2025, o Ministério Público Federal (MPF) recomen-

dou a retirada de um memorial dedicado a Geisel instalado no campus de Bento da Universidade de Caxias do Sul (UCS), apontando que a iniciativa contrariava entendimentos consolidados sobre a vedação de exaltação a agentes ligados à ditadura militar. O órgão baseou-se em conclusões da Comissão Nacional da Verdade, que atribuiu ao período do governo Geisel a continuidade de violações de direitos humanos. Somente

em 1974, primeiro ano de sua presidência, foram registrados 54 desaparecimentos políticos.

Na ocasião, a UCS defendeu o caráter acadêmico e documental do memorial, mas posteriormente devolveu o acervo à prefeitura após ação judicial movida pelo MPF. O episódio intensificou o debate local sobre memória, história e os limites de homenagens públicas. Em entrevista ao Cidades, Zanella disse que respeitará qualquer eventual manifestação do MPF sobre o tema. Consultada, a assessoria de imprensa do órgão afirmou que tomou ciência da homenagem e vai avaliar se toma alguma providência.

Zanella reconheceu a existência de diferentes interpretações, mas reiterou que a escolha não exclui outras homenagens. “Tem vários nomes que ainda precisam ser reconhecidos (na cidade), e isso deve ocorrer ao longo do tempo”, afirmou, citando a recente denominação de um espaço esportivo em homenagem ao ex-prefeito Darcy Posa. A sessão ordinária da segunda-feira também deliberou a denominação ao Plenário da Casa de Jauri da Silveira Peixoto, que foi professor, vice-prefeito e vereador no município; e deu o nome de José Elvino Atzler de Lima, ex-vereador e presidente do Sindicato Metalúrgico, ao Plenarinho da Câmara.

Único a votar contra o projeto, vereador afirma que município poderia reconhecer outras figuras relevantes

O vereador e ex-prefeito Alcindo Gabrielli (MDB) foi o único parlamentar a votar contra a denominação da nova sede da Câmara de Bento Gonçalves como “Palácio Presidente Ernesto Geisel”, aprovada na sessão de segunda-feira (27). A proposta, que homenageia o general do Exército que presidiu o país entre os anos de 1974 e 1978, foi validada por ampla maioria.

Gabrielli afirmou que respeita a

decisão do plenário, mas defendeu alternativas que, segundo ele, evitariam controvérsias. “Eu respeito a decisão do Executivo e do Plenário, que é soberana”, disse. O parlamentar destacou que sua posição não teve como foco o julgamento do período da ditadura militar, mas a escolha do nome para o espaço público.

Entre os argumentos apresentados, está a existência de outras

possibilidades de homenagem no município. O vereador sugeriu a manutenção do nome atual da sede, Palácio 11 de Outubro, em referência à data de emancipação de Bento Gonçalves, ou ainda a valorização de figuras locais. “Quem é contra a emancipação do município? Não teria polêmica nenhuma”, afirmou. Ele também mencionou a possibilidade de homenagear a primeira mulher eleita vereadora

na cidade ou ex-prefeitos ainda sem reconhecimento oficial.

Outro ponto levantado por Gabrielli diz respeito à natureza do Legislativo municipal. Para ele, por se tratar de uma casa composta por representantes eleitos pelo voto direto, característica do período democrático, a homenagem a um presidente que não foi eleito pelo povo seria inadequada. “A Câmara é formada por representantes eleitos

pelo voto popular. O ex-presidente foi escolhido pelo voto indireto”, argumentou.

Para Gabrielli, o cenário reforça a necessidade de cautela na escolha de homenagens públicas. “Eu preferi um caminho que não criasse uma polêmica maior”, disse. Ainda assim, reiterou que não se trata de “apagar a história”, mas de avaliar o contexto das decisões do poder público.

SAÚDE

Governo estadual cobra que cidades do Vale do Caí definam qual deve ser a referência hospitalar em obstetrícia

A Secretaria Estadual da Saúde promoveu um encontro com representantes do Hospital Montenegro e com prefeitos da Associação dos Municípios do Vale do Rio Caí (Amvarc) para discutir a

organização da assistência obstétrica na região. Como principal encaminhamento do encontro, ficou definido que os municípios deverão decidir qual será a referência hospitalar para o atendimento de

suas gestantes, com prazo para retorno à SES até quarta-feira (29/4).

Na reunião, foram apresentados dados sobre a interrupção do serviço de obstetrícia no Hospital Montenegro, que permaneceu

fechado entre 21 de março e 18 de agosto de 2025, e posteriormente entre 6 de fevereiro e 24 de abril de 2026, o que totaliza mais de 200 dias de maternidade inoperante. Em razão da ausência do serviço,

o Estado precisou implantar um plano de contingência, reorganizando as referências para outros hospitais da região, o que gerou um custo superior a R\$ 2 milhões no período.